

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

GUILHERME TARCÍSIO LEAL¹

FABIANE FANTACHOLI GUIMARAES²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a inclusão de surdos, no ensino regular, utilizando a metodologia científica. O levantamento bibliográfico foi feito no período de 2015 a 2018 - nas bases de dados Lilacs, Scielo e Capes. Foram utilizadas as palavras chaves “inclusão”, “surdo” e “regular”. Após aplicar os critérios de exclusão, foram selecionados seis artigos para serem analisados. Os resultados mostram que, após a criação de uma legislação que define que os portadores de necessidades especiais devem ser incluídos na rede de ensino regular, o número de matrículas de surdos nessas escolas vem crescendo. Porém, os estudos mais recentes indicam que a inclusão de fato não está acontecendo. As pesquisas revelam que existe uma insatisfação de todos os sujeitos envolvidos no processo, tendo como principal efeito o baixo desempenho dos alunos surdos. Por fim, verifica-se que é necessária uma revisão dos cursos de formação docente, bem como a necessidade de novos estudos sobre o processo de alfabetização dos alunos surdos e dos interpretes em LIBRAS, do ponto de vista de preparo, para a comunicação dos saberes transmitidos na educação regular.

Palavras-chave: bilinguismo; Inclusão; surdos.

ABSTRACT

The objective of this study was to carry out a literature review on the inclusion of deaf people in regular education using scientific methodology. The bibliographical survey was done in the period from 2015 to 2018 - in the databases Lilacs, Scielo and Capes. The key words "inclusion", "deaf" and "regular" were used. After applying the exclusion criteria, six articles were selected for analysis. The results show that, following the creation of legislation that defines that people with special needs should be included in the regular education system, the number of deaf students in these

¹Aluno: Pós-graduando em LIBRAS pelo Centro Universitário Cidade Verde – UNIFCV. Bacharel em Engenharia de controle e Automação, Especialista em Engenharia de Sistemas.

²Orientador: Licenciada e Bacharel em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Institucional, Educação Especial, EAD e as Tecnologias Educacionais e em Docência do Ensino Superior. Mestre em Metodologia para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias e orientadora desta pesquisa. E-mail: orientador04.ead@fcv.edu.br.

schools has been growing. However, more recent studies indicate that inclusion of fact is not happening. The research shows that there is a dissatisfaction of all the subjects involved in the process, having as main effect the low performance of deaf students. Finally, it is necessary to review teacher training courses, as well as the need for further studies on the literacy process of deaf students and interpreters in LIBRAS, from the standpoint of preparation, for the communication of knowledge transmitted in regular education.

Keywords: bilingualism; Inclusion; deaf people.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015), 6,2% das pessoas têm algum tipo de deficiência; destes, cerca de 17.7% são indivíduos com deficiência auditiva. Do total de deficientes auditivos, 21% têm grau intenso ou muito intenso de limitações, o que compromete atividades habituais. Ainda, em conformidade com o censo do IBGE, verifica-se que a maior parte (81,82%) dos deficientes auditivos adquiriu a deficiência em acidentes, ou por meio de doenças, e os demais nasceram surdos.

Entretanto, segundo Santana (2007) e Gregory e Knight (1998), cerca 90% das crianças que nasceram surdas são filhos de pais ouvintes e, muitas vezes, nunca tiveram contato com uma pessoa surda anteriormente. Por esta razão, as crianças surdas são privadas da oportunidade de conhecer a língua de sinais nos primeiros anos de vida e, portanto, dificilmente terão língua constituída. Assim, não adquirirão nem o português, nem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) antes do processo de escolarização.

Esses números justificam o fato da Educação Inclusiva ser tema de pesquisa por diversos especialistas ao longo dos últimos anos, discutindo qual seria a melhor maneira de educar tais indivíduos, garantindo-lhes que a educação formal, como pede a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a educação, para alunos com deficiência, em escolas de ensino regular é dever do Estado e será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede oficial de ensino. Em 2005, o decreto nº 5.626/05 foi criado para garantir o direito do aluno com surdez a possuir um intérprete que o acompanhe no ambiente escolar. Com isso, os cursos para formação de profissionais intérpretes de LIBRAS

ganharam mais espaço no mercado educacional, a profissão veio a ser regulamentada através da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Dessa maneira o aluno surdo possui o direito à atuação de intérprete para traduzir o conteúdo ministrado pelo professor, a fim de possibilitar uma educação inclusiva, onde o aluno especial possa conviver com outros alunos sem necessidade especial, em um ensino regular. Segundo Espote, Serralha e Comim (2013), não se pode apenas garantir que a legislação seja cumprida para que a inclusão ocorra de fato; o principal ponto a ser modificado é a visão simplificada que se tem de todo o processo, deixando de considerar as limitações e capacidades dos alunos, da família desses alunos e dos professores envolvidos. Segundo Lacerda (2006), não são raras as vezes em que o aluno surdo, envolvido em contextos estabelecidos com a maioria ouvinte e embates desdobrados das questões linguísticas, vivencia situações de fracasso dentro da escola, o que se reflete em reprovações e evasão escolar.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

A surdez é considerada como uma incapacidade de audição, ou seja, ausência, perda ou diminuição considerável do sentido da audição. Pode ser causada por diferentes fatores como idade, ruídos, doenças, intoxicações, traumas físicos, etc. Para diagnosticar a severidade do prejuízo auditivo é utilizada a medida em decibéis categorizada em suave, moderada, moderadamente severa ou profunda. A surdez também pode ser definida sob três pontos de vista: ponto de vista médico, educacional ou cultural (AFONSO, 2007).

Inicialmente, acreditava-se que os sujeitos surdos eram incapazes de aprender; posteriormente, com a institucionalização do atendimento, sua forma de linguagem foi banida das instituições escolares por muito tempo (CAPOVILLA, 2000). Somente a partir da década de 1990, difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destes grupos, contemplando também a comunidade surda. Houve um movimento de desprestígio

dos programas de educação especial e um incentivo maciço para práticas de inclusão de pessoas surdas, em escolas regulares (de ouvintes).

Em 1993 a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou “As Normas de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, sendo que em seu artigo nº 6, que é referente à educação, estabelece que: as autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, no que diz respeito à Educação Profissional de alunos especiais (em seu Art. 59º), nos diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais uma educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade.

De acordo com Oliveira e Beneditte (2015), a história da educação de surdos é caracterizada pelas seguintes filosofias: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Apesar de as três coexistirem, o bilinguismo é a filosofia mais difundida, uma vez que ela reconhece a língua de sinais como língua materna do surdo, e considera o português como segunda língua.

A filosofia bilíngue é incorporada dentro da Educação Inclusiva, no qual os alunos com surdez frequentam as mesmas aulas que os alunos ouvintes em escolas regulares, tanto públicas quanto privadas. Na escola regular, o aluno surdo passa a ter contato com os conhecimentos científicos que lhe são apresentados pelo professor, em língua portuguesa. Como o aluno surdo não se comunica e não percebe a assimilação como os ouvintes, visto que sua comunicação ocorre de forma mais visual, ele necessita da atuação de um intérprete da LIBRAS, pois segundo Santana e Bergamo (2005), o fator que distingue o indivíduo surdo do ouvinte é apenas a forma de comunicação, sendo a do surdo a língua de sinais.

É de se notar o esforço dos professores em desenvolver o papel de promotor e facilitador da inclusão dos alunos com algum grau de deficiência, sobretudo dos alunos surdos, permitindo que possam apreender conhecimento e desenvolver suas potencialidades (MEDEIROS et al., 2011).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho se caracteriza como uma revisão bibliográfica das publicações científicas brasileiras. Para tanto, o objetivo principal é destacar o estado da arte, acerca da temática estudada, por meio de uma metodologia sistemática de busca, seleção e análise de trabalhos publicados para que seja possível apontar possibilidades de investigações, a serem realizadas no futuro. Conforme Creswell (2010), as revisões de literatura fornecem uma estrutura para se estabelecer uma corrente de diálogo mais amplo na literatura sobre um tópico, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores; e compara, ainda, resultados de um estudo com outros resultados.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma busca sistemática, nas seguintes bases de dados: Lilacs, Scielo e Capes, em que os critérios para inclusão do artigo no trabalho eram: os artigos devem ser escritos em idioma português; possuírem tema de acordo com a proposta deste estudo; estarem dentro do período de 2015 à 2018 e estarem indexados.

As palavras-chave utilizadas foram “inclusão”, “surdo” e “regular”. Outros tipos de trabalhos como livros, capítulos de livro, outras revisões de literatura, resenhas, cartas, dissertações e teses não foram selecionados nesta pesquisa. Todos os critérios adotados nesta revisão foram baseados em outros trabalhos da mesma natureza e buscam tomar como balizador o rigor científico da comunidade acadêmica. Espera-se, por exemplo, que os trabalhos incorporados já tenham sido analisados por seus pares e tenham sido publicados em um espaço de tempo que possam refletir os possíveis problemas contemporâneos da sociedade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa dos artigos foi realizada no mês de fevereiro de 2019, nas bases de dados selecionadas. Primeiramente, foi feita a leitura dos resumos excluindo os trabalhos cujo tema não se enquadrava na pesquisa ou apenas tangenciava o mesmo, tendo como foco outro assunto. Em seguida, após selecionar os artigos pela

análise do resumo, os artigos escolhidos foram lidos na íntegra e realizada uma nova seleção, separando somente os trabalhos diretamente relacionados com a inclusão de surdos no ensino regular, para serem objeto de análise neste trabalho.

Inicialmente, como pode ser visto na tabela 01, as buscas encontraram, nas bases de dados utilizadas, 135 artigos com títulos que se encaixavam nas palavras-chave. Após a leitura dos títulos dos artigos, observou-se que alguns deles se repetiram nas diferentes bases de dados ou não preenchiam os critérios de periodicidade e assunto abordado, neste trabalho. Assim, nesta etapa foram selecionados 23 artigos para serem lidos os resumos e analisados mais a fundo o seu conteúdo. Depois da leitura dos resumos foram excluídos aqueles textos que não diziam respeito ao propósito deste estudo; restando apenas 8 artigos para serem lidos na íntegra. Na seleção final, foram excluídos artigos de revisão de literatura e também estudos que focavam no tema desta pesquisa; restaram 6 artigos que serão objeto de análise detalhada, a fim de demonstrar como o tema de inclusão de surdos no ensino regular vem sendo pesquisado ultimamente.

Tabela 01: Quantitativo dos artigos encontrados e selecionados na pesquisa

Palavras - chave	Títulos		Resumos		Artigos	
	Encontrado	Selecionado	Encontrado	Selecionado	Encontrado	Selecionado
Lilacs	51	7	7	4	4	4
Scielo	59	11	11	6	6	2
CAPEs	25	5	5	0	0	0
TOTAL	135	23	23	10	10	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 02 faz a listagem dos artigos selecionados para pesquisa e detalha informações como títulos dos artigos, autores, instituição de origem dos autores e o ano da publicação. É possível notar que, dentro do período estabelecido (2015 a 2018), foram encontrados pelo menos um artigo publicado. Os anos de 2015 e 2017 tiveram um registro cada e os de 2016 e 2018 tiveram dois registros cada. Esses dados apontam uma continuidade nas pesquisas referentes ao tema de inclusão de surdos, no ensino regular nos últimos anos, porém com uma frequência relativamente baixa em relação a outros temas pesquisados pela comunidade

acadêmica. Também foi analisada a Instituição na qual o primeiro autor está vinculado: dos seis estudos, cinco estão vinculados a universidades federais e apenas um ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Tabela 02: Detalhes dos artigos selecionados para pesquisa

N	Título	Autores	Origem	Ano
1	Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez	Carine Mendes da Silva Rosa Monteiro Danielle Sousa da Silva Daniele N. H. Silva	UNB	2018
2	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” sob a ótica de participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2017)	Lucas Romário Ana Dorziat Maria Carvalho Fernando Andrade	UFPB / UFSCar	2018
3	Professores Interlocutores e Educação de Surdos: a Inclusão na Rede Estadual Paulista	Mara Aparecida de Castilho LOPES	INES	2017
4	Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural	Camila Brito Ribeiro Daniele N. H. Silva	UNB	2016
5	Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?	Carine Mendes da Silva Daniele N. H. Silva	UNB	2016
6	Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e professores de ciências	Walquíria Dutra de Oliveira Anna M. C. Benite	UFG	2015

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma geral, todos os trabalhos almejam desenvolver o tema da inclusão de surdos, através de trabalhos práticos realizados com uma comunidade em que os surdos estejam inseridos. As pesquisas indicam que o número de matrículas de alunos especiais nas escolas de ensino regular vem crescendo, após a regulamentação de leis para inclusão escolar, o que pode indicar que a inclusão está ocorrendo; mas também, pesquisas têm alertado para a defasagem escolar em termos de aprendizagem deste público (SILVA et al., 2018). No trabalho, (SILVA, e SILVA, 2016) argumentam que existe a preocupação com os custos e o acesso dos

surdos na escola, o que por sua vez não garante a aprendizagem, que é fundamental para o sucesso escolar:

Dados do último censo escolar (Inep/Mec, 2013) registram uma evolução nas matrículas dos alunos com necessidades educacionais na escola regular. De 382215, em 2000, para 636451, em 2012, o crescimento é de 66,51% de alunos incluídos na rede pública de ensino. Esse aumento quantitativo, contudo, ainda não se reverteu em amplo sucesso escolar. (SILVA e SILVA., 2018, p. 34).

Todos os trabalhos entendem que o processo de aprendizagem do surdo deveriam estar articulados à aprendizagem pela LIBRAS, uma vez que é sua língua natural. Outro aspecto, importante, destacado por Ribeiro e Silva (2016, p. 01) é que a comunidade surda possui uma cultura própria que deve ser considerada no momento da inclusão escolar, fato que é desconsiderado em filosofias oralistas. Abaixo as autoras destacam estas características:

Para as abordagens oralistas, por exemplo, a surdez é uma deficiência que precisa ser contornada por meio de um processo de integração social que só é possível com a aprendizagem da fala. Para outras vertentes, de ênfase bilíngue, os surdos são sujeitos biculturais que guardam uma cultura própria, representativa da comunidade surda, cuja diferença linguística é expressa pelo canal visuoespacial. (RIBEIRO E SILVA, 2016, p. 01).

No trabalho de Lopes (2017) ela destaca que o Bilinguismo, proposto por Pickersgill (1998), pressupõe a utilização da língua da comunidade surda e da língua da comunidade ouvinte, em sua forma escrita e/ou falada. Para Ribeiro e Silva (2016, p. 02):

...a abordagem educacional bilíngue parece ser o caminho ideal de respeito a essas especificidades, pois o bilinguismo envolve uma concepção de desenvolvimento, de linguagem e de cultura surda que entende os processos de escolarização do surdo, a partir da sua particularidade linguística (e seus desdobramentos). (RIBEIRO E SILVA, 2016, p. 01).

A maioria dos trabalhos convergem sobre a importância dos intérpretes de Libras no processo de inclusão. Contudo, Rosa (2006) diz que a presença do intérprete pode mascarar uma inclusão que não ocorre de fato, visto que esse intérprete pode ter uma formação acadêmica generalista, totalmente diferente daquela na qual o surdo está inserido, prejudicando a aquisição dos saberes curriculares do aluno surdo. A partir desses pontos, o estudo de Lopes (2017) se destaca por buscar ouvir o que um grupo destes profissionais têm a dizer sobre a atual conjuntura de sua profissão, em relação ao processo de inclusão dos surdos. É

possível identificar que esses profissionais carecem de uma legislação nacional mais específica para sua profissão, pois existem conflitos dentro da sala de aula que prejudicam a inclusão, o que pode ser visto no trecho de Lopes (2017, p. 572) a seguir:

Nesse movimento, verifica-se a mudança do motivo que passa a orientar as ações dos profissionais: inicialmente, o motivo aparente se mostra na concepção de que devem atuar como intérpretes de Libras, o que parece estar associado às exigências do Decreto Federal 5.626. No entanto, no âmbito das políticas públicas estaduais de São Paulo, o termo “professor” é adotado propositalmente para introduzir a função de ser professor de forma implícita. (LOPES, 2017, p. 572)

Com relação aos objetivos dos estudos, pode ser observado que dois deles (SILVA e SILVA, 2016; SILVA et al., 2018) miraram, principalmente, na inclusão sob o olhar dos profissionais da escola, buscando avaliar os conhecimentos destes sobre os alunos surdos, bem como os conceitos de envolvidos na comunidade surda. Já Ribeiro e Silva (2016) buscaram analisar a concepção de surdos, egressos do ensino regular inclusivo, através de encontros sistemáticos em grupos de discussão. Um dos artigos (ROMÁRIO et al., 2018) buscou investigar qual a visão dos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017, tem sobre os desafios da formação de surdos no Brasil. E, por fim, o estudo de Lopes (2017) teve como objetivo avaliar como os profissionais que trabalham como interpretes de LIBRAS, no campo educacional, enxergam sua profissão e quais são os seus anseios do ponto de vista da garantia da inclusão efetiva do aluno surdo.

Quanto à metodologia, a tabela 3 sumariza as principais metodologias empregadas nos artigos selecionados, destacando qual foi a utilizada, os instrumentos utilizados, quais foram os sujeitos da pesquisa e onde foi realizada a coleta dos dados.

Tabela 03: Relação entre as metodologias e os artigos selecionados

N	Método	Instrumentos	Sujeitos	Local
1	Qualitativos	Narrativa de diários de campo e entrevistas	Profissionais da escola	Escola de ensino médio do DF
2	Qualitativo / Quantitativo	Entrevistas e tabelamento de dados	49 participantes do Enem	Escola pública estadual Lyceu Paraibano
3	Qualitativo	Entrevista	21 professores interlocutores	Escola estadual Paulista

4	Qualitativo	Narrativa de encontros de grupos	4 surdos homens (na idade de 19 a 29 anos)	Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB)
5	Qualitativo	Entrevistas	01 supervisor, 03 coordenadores, 01 diretora, 02 professores e 01 intérprete de Libras.	Escola de ensino médio do DF
6	Qualitativo	Narrativa de diários de aula	4 professores, 3 interpretes e 9 alunos	Instituições de ensino médio de Goiás

Fonte: Elaborado pelo autor

A abordagem qualitativa foi predominante nos textos analisados; apenas o estudo de Romário et al. (2018) acrescentou uma metodologia quantitativa, baseada nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para o ENEM 2017. Esse fato demonstra que os autores procuraram entender os fenômenos por meio de aspectos subjetivos que não podem ser percebidos em análises puramente qualitativas. Por isso, prevaleceram o uso de questionários, entrevistas e depoimentos, na tentativa de entender os significados que os entrevistados traziam, em relação à temática dos surdos na inclusão.

Com relação aos sujeitos envolvidos na pesquisa, a maioria dos trabalhos analisados buscou investigar a inclusão por meio dos profissionais envolvidos no processo. Nesse contexto, os estudos de Ribeiro e Silva (2016) e Romário et al, (2018) trazem novos olhares sobre o assunto. O primeiro procurou ouvir um grupo pertencente à comunidade surda, que já tinha passado pelo processo de inclusão, no ensino regular. O segundo buscou ouvir um grupo de pessoas que participariam do ENEM 2017, cujo tema de redação tratou sobre os desafios para a formação de surdos no Brasil.

O fato da importância de se realizarem pesquisas com os membros da comunidade surda é revelado no trabalho Carine et al.,(2018), em que ela lembra do texto “Que educação que nós surdos queremos” (FENEIS, 1999), em que nas reivindicações citadas, fala-se da preferência por uma escola exclusiva, fato que demarca a dissonância entre a política atual e as reivindicações da comunidade surda. Neste contexto, o trabalho de Ribeiro e Silva (2018, p. 03) se mostra relevante, a fim de se colocar luz sobre o pensamento vindo da comunidade surda, sobre o modelo de educação atual. Desse modo as autoras afirmam:

...há poucas pesquisas destinadas a investigar as relações entre a trajetória escolar, o bilinguismo e o sucesso ou fracasso escolar dos

surdos. Sabemos pouco sobre os processos de escolarização dos surdos, a partir das narrativas dos próprios surdos. Buscando colaborar para a ampliação desse debate, o presente artigo focaliza as percepções dos surdos acerca de seus processos de escolarização, destacando os elementos pedagógicos considerados (por eles) fundamentais para o êxito escolar. (RIBEIRO E SILVA, 2016, p. 01).

Em relação ao local de coleta de dados, todos os trabalhos foram realizados em escolas públicas, sendo a maioria de ensino médio. Somente um foi realizado em ambiente de ensino superior, mas os sujeitos eram egressos do ensino médio e não necessariamente cursavam o terceiro grau.

Os resultados dessa pesquisa mostram, em comum, que existem falhas no sistema de ensino regular das escolas públicas para receber o aluno com deficiência auditiva. E que, apesar de um crescente aumento do número de matrículas nos últimos anos, de fato, a inclusão não é efetivada. De acordo com o que Ribeiro e Silva (2016, p. 06) afirmam a seguir, os problemas da língua são os principais fatores para esse fracasso educacional:

...os problemas enfrentados com a ausência da língua de sinais e a limitação da atuação do intérprete, bem como a falta de uma estruturação metodológica imagética, resultam em lamentáveis resultados ao final de cada ano letivo. A repetência escolar é previsível para os surdos. (RIBEIRO E SILVA, 2016, p. 01).

Outro fator assinalado nos trabalhos é a necessidade de uma qualificação integrada entre os profissionais envolvidos na formação dos surdos. O bilinguismo é apontado como filosofia a ser adotada como princípio para formação dos surdos, como destaca Ribeiro e Silva (2016, p. 07): “o estudante surdo precisa ter acesso a práticas pedagógicas fundamentadas em princípios que respeitem e valorizem a sua condição bilíngue. Essa é a única forma de garantir o sucesso de seu aprendizado”.

Em Silva et. al. (2018) a autora relata que existe uma lacuna no entendimento conceitual sobre a surdez, o surdo e a língua de sinais. Tanto que, em sua pesquisa, alguns fatos narrados nas entrevistas indicam que alguns profissionais da escola creem que o baixo desempenho dos alunos surdos está ligado a uma barreira à formação dos processos psíquicos, impostos pela surdez. Esse fato é lembrado por Lodi (2013) quando diz que a história dos surdos é marcada pelas crenças de que junto com a surdez está presente inabilidade de aprender, de ser educado ou de possuir condições mínimas para responder por suas atitudes, apesar de cientificamente desmistificadas.

Lopes (2017) afirma em seu trabalho que existe a necessidade de esclarecer o papel do intérprete e do professor em sala de aula para que exista um empenho coletivo, envolvendo principalmente o planejamento das atividades pedagógicas em uma dimensão coletiva e colaborativa. Romário et al. (2018) lembra que quando a formação docente trata da inclusão o faz de forma generalista, baseada em um regime de polivalência que prevê que docentes trabalhem com deficientes de forma geral (surdos, pessoas cegas, surdocegas, pessoas com deficiência física, intelectual,) sem debruçar sobre nenhuma das especificidades de cada caso.

Em Silva e Silva (2016) as autoras dizem que além de respeitar os bilinguismos dos alunos surdos, através de uma educação com comunicação efetiva em LIBRAS, é preciso levar em consideração a pedagogia da imagem como estratégia para o desenvolvimento e planejamento pedagógico, respeitando as características da cultura surda. Nesse sentido, segue o pensamento de Ribeiro e Silva (2016, p. 03) onde afirmam:

...a pedagogia visual ascende como campo profícuo para a aprendizagem dos surdos, pois pretende organizar estruturalmente a educação formal, com uma mediação semiótica visuoespacial — desde a elaboração do currículo aos seus desdobramentos pedagógicos em sala de aula. (RIBEIRO E SILVA, 2016, p. 01).

A partir da busca sobre trabalhos que articulassem as temáticas relacionadas com a pedagogia de imagem (como mediação semiótica e visuoespacial) para ensino de alunos com deficiência auditiva e foi possível verificar que ainda existem poucos trabalhos que se debruçam sobre esta realidade nas escolas brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar, por meio de uma sistemática científica, como os trabalhos mais recentes vêm abordando o tema inclusão dos surdos no contexto da educação, no ensino regular. Os trabalhos mostraram que apesar de ter havido um aumento no número de estudantes surdos no ensino regular, após a regulamentação legislativa da inclusão, ela ainda não ocorre de fato dentro da sala de aula.

A visão de diversos sujeitos envolvidos na formação de surdos foi ouvida nas pesquisas selecionadas: em algumas investigações, os pesquisadores pretenderam

ouvir um grupo diversificado de profissionais; em outros casos, o estudo foi mais específico focando na visão de apenas um grupo, como os intérpretes de LIBRAS e egressos do ensino regular (sendo um composto por surdos e outro por ouvintes). É importante ressaltar que a análise dos artigos permite afirmar que, independente do grupo observado, o processo de inclusão não ocorre de maneira satisfatória, sendo as principais causas apontadas: a alfabetização precária da linguagem de sinais, do aluno surdo e do interprete de LIBRAS; a deficiência na formação docente para lidar com a inclusão de surdos; e os conflitos no papel de intérprete de LIBRAS.

É possível dizer que são necessários mais estudos sobre a inclusão de surdos abordando outras vertentes como, por exemplo: o processo de alfabetização das crianças que nascem em famílias de pais ouvintes; a verificação da existência de desenvolvimento adequado, da linguagem de LIBRAS, para que o estudante possa no futuro entender termos característicos da ciência.

Outro ponto que também interessante, seria investigar como os cursos de formação de intérpretes de LIBRAS preparam esses profissionais para um possível ingresso no ramo da educação. Se o curso capacita suficientemente o tradutor de LIBRAS, para transmitir as narrativas envolvidas nas diversas disciplinas existentes, no ensino regular. Além disso, poderia ser feita a avaliação de como ocorre a inclusão do surdo em cursos de formação para o mercado de trabalho, como curso técnicos e ensino superior, onde existe uma linguagem específica de cada profissão.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris.1948.

AFONSO, C. **Reflexões sobre a surdez**: a problemática específica da Surdez. A Educação de Surdos. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, 2007.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **capítulo III, seção I Da Educação**. 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. LEI Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**

BRASIL. Lei nº 9.394. 20 dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB.**

CAPOVILLA, F. C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo.** Revista Brasileira de Educação Especial. 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa.** Porto Alegre: Artmed. 2010

ESPOTE, R.; SERRALHA, C. A.; COMIM, F. S. **Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica.** 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS – FENEIS. **Que educação nós surdos queremos.** Pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngüe para Surdos, Porto Alegre, Rs, Brasil, 1999.

GREGORY, S.; KNIGHT, P. (Org.). **Issues in deaf education.** London: David Fulton Publishers, 1998.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência.** Educação & Sociedade. 2006.

LODI, A.C.B. **Educação bilíngüe para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05.** Educação e Pesquisa, 2013.

LOPES, M. A. de C. **Professores Interlocutores e Educação de Surdos: a Inclusão na Rede Estadual Paulista.** Rev. bras. educ. espec. 2017

MEDEIROS, I. M. da C.; LOURENÇO, E. M. da S. M.; FARINI, I. de S. C.; ALBANI, M. (Orgs). **Diálogos sobre a Educação Profissional e Tecnológica: saberes, metodologia e práticas pedagógicas**. 2011.

OLIVEIRA, W. D de; BENITE, A. M. C. **Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e professores de ciências**. Ciênc. educ. 2015

PICKERSGILL, M. **Bilingualism, current policy and practice**. In: GREGORY, S. et. al. Issues in deaf education. London: David Fulton Publishers, 1998.

RIBEIRO, C. B. e SILVA, D. N. H. **Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural**. Psic.: Teor. e Pesq . 2017

ROMÁRIO, L.; DORZIAT, A.; CARVALHO, M. E. E CÉZAR BEZERRA DE ANDRADE, F. **“Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” sob a ótica de participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2017)**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 2018.

ROSA, A. da S. **Tradutor ou Professor?** Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. Ponto de vista, 2006.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus 2007

SANTANA, A. P., & BERGAMO, A. **Cultura e identidade surdas: Encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educação & Sociedade, 2005.

SILVA, C. M. da e SILVA, D N H. **Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?** Psicologia Escolar e Educacional 2016

SILVA, C. M. da; SILVA, D. S. da; MONTEIRO, R. e SILVA, D. N. H. **Inclusão Escolar:** Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez. *Psicol. cienc. prof.* 2018